

RESEÑAS

Amélia AGUIAR ANDRADE, Gonçalo MELO DA SILVA (eds.), *Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval / Construction and Reconstruction in Medieval Urban Europe*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2023, 515 pp. (Coleção Estudos; 31). ISBN 978-989-53942-8-9.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA
Universidade do Algarve - IEM-FCSH-NOVA
<https://orcid.org/0000-0001-7861-9311>
folivei@ualg.pt

O livro reúne os textos seleccionados das últimas Jornadas Internacionais de Idade Média, organizadas em Castelo de Vide, em Outubro de 2022. Entre os colaboradores do volume, há diversos investigadores portugueses, mas sobretudo estrangeiros, com diferentes formações académicas e provenientes de várias geografias historiográficas. Mesmo das que são por cá menos lidas e divulgadas, como a turca e a alemã.

O grande estaleiro urbano, como lhe chamava Jacques Le Goff, constitui o tema central deste livro. Não tanto no plano da metáfora e da representação, mas no sentido primeiro da expressão, que evoca a permanência das actividades de construção, o dinamismo, o tamanho e a organização dos estaleiros respectivos, ou o impacto deles nos ambientes urbanos. Nenhum destes aspectos ficou esquecido e disso dá boa conta a estrutura adoptada pelos editores, repartindo os textos por seis secções complementares e sem desequilíbrios evidentes. Nela apenas faltou, talvez, uma maior atenção aos problemas do desenho e do planeamento urbano e aos programas de melhoria do espaço público e de construção da cidade ideal, mais importantes para os finais da Idade Média.

A primeira secção está dedicada aos rostos das construções, aos mestres, aos pedreiros, carpinteiros e pintores. Não tanto aos profissionais destas áreas no sentido moderno do termo, mas aos homens que dominavam aquelas práticas e saberes. Nestes casos, como noutros, a identificação de uma profissão única é frequentemente ilusória, criando um *continuum* artificial, quando a polivalência era a norma. Como insiste Philippe Bernardi no texto de abertura, as designações profissionais são quase sempre o resultado de um olhar exterior, que não fazem justiça à pluralidade de técnicas e de competências que estes homens dominavam, pelo menos até que no século XIV as corporações introduzam alguma ordem nesta paisagem. Tal como no mundo rural, onde todos sabiam e faziam um pouco de tudo —recorde-se Menocchio, que era «moleiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro e outras coisas» [Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), 39]— a diversidade profissional era de regra. O mesmo artesão podia ser identificado de formas diversas, como certo pedreiro que era mercador de cal e de vinho, mas igualmente construtor de fontes. Nem mesmo os mestres, de méritos reconhecidos e que dirigiam equipas maiores, eram sempre nomeados como tal, como mostrou Clement Juarez para Toulouse. Outro tanto com os desenhadores e os pintores, que podiam surgir como supervisores e mestres de obra, ou controlar a produção de vitrais. Como revelou Camille Larraz num estudo que traz outros dados sobre o faseamento das obras e o controlo destas pelos promotores, ou sobre o papel da confiança e da palavra dada na relação entre todos.

Os mecanismos de provisão e de financiamento das obras, de controle destas e dos seus custos, foram analisados a escalas diferentes e em cronologias diversas. Se a realidade de Valência, com obras promovidas pelos principais poderes, que controlavam os gastos e o andamento dos trabalhos, por vezes através de maquetas à escala, tem pouco a ver com os fundos de cabana e com a difícil urbanização da Torres Novas cristã, ambos os casos atestam a importância dos recursos locais e da reutilização dos materiais de construção. Uma realidade idêntica à de Munique, abastecida pelas barcas e madeiras que

desciam o rio. As mesmas diferenças de escala no financiamento das obras. Se Cádiz, Valência, ou Lisboa, tinham mais recursos e emitiam dívida, ou contraíam empréstimos, as dioceses inglesas de Exeter e de Norwich enfrentavam maiores dificuldades. A última delas nem sequer tinha verbas apartadas para o efeito e registava os custos das obras entre as despesas correntes da instituição. Em Múrcia, o problema era outro e decorria da resistência das igrejas de Orihuela em contribuir para as obras da catedral, finalmente consagrada em 1467. A oposição fundava-se num privilégio de Afonso X, que doara à cidade o terço da fábrica das igrejas, mas contava com o apoio do rei de Aragão, pouco interessado em que as igrejas do reino financiassem a construção de uma sé castelhana, apesar de pertencerem a essa diocese.

A fundação e a reconstrução dos núcleos urbanos são o tema seguinte. Com base nos métodos da arqueologia da arquitectura, analisaram-se as pequenas cidades da Toscana no contexto do encastelamento dos séculos XI e XII. Quando se generalizaram na região os povoados fortificados em altura e se divulgou a construção em pedra, ainda que o uso desta nas construções correntes de vários pisos seja já de finais do século XII. Estes casos definem um contraste significativo com as vilas bascas, que eram povoados abertos no século XI, com vestígios de forjas e de fundos de cabanas, num paralelo aliciante com a fase inicial da Torres Novas cristã. Se Durango foi cercada por uma muralha no século XII, Otxandio manteve-se um povoado aberto, apenas com uma torre com fosso e paliçada nos arredores, erguida no contexto das disputas entre linhagens rivais. O impacto da conquista cristã nas cidades foi revisto por Manuel Sílvio Conde, que inventariou os bairros abandonados em Silves, Mértola, Moura e Cacela, e as alterações no bairro da alcáçova de Lisboa. Mas que insistiu, sobretudo, no desaparecimento da casa-pátio e na sua substituição pelo modelo da casa cristã. Ao contrário daqueles abandonos, estas transformações foram mais demoradas, apenas documentadas no século XIV. A lentidão das alterações introduzidas na casa merínida de Alcácer-Ceguer após a conquista cristã do século XV, primeiro com pequenos ajustes, para a adaptar depois ao modelo de casa e câmara, parece atestar a morosidade destes processos.

Os grandes estaleiros urbanos, motivados pela construção e pela renovação de castelos, muralhas e portas, ou pela edificação dos principais edifícios religiosos, formam o tema das últimas secções. Se partilham as dimensões, ou os impactos nas paisagens urbanas, o ritmo das construções e a forma como estas condicionavam o desenvolvimento das cidades não eram iguais. A ameaça de um conflito e as necessidades de defesa podiam reduzir os trabalhos a poucos anos. Foi o caso do castelo otomano de Elbasan, na actual Albânia, erguido em 1466 sobre as ruínas de uma cidade romana, ou do forte castelhano de Salses, construído em finais do XV, ambos com recursos avultados e sistemas de controlo mais apertados. Pelo contrário, os trabalhos nas cercas urbanas, ou nas portas destas, podiam prolongar-se por mais tempo. Em Nevers, na Borgonha, a construção da porta do Croux, integrando uma torre e uma ponte levadiça de flecha, concluiu-se talvez entre 1393 e 1398, mas toda a estrutura foi objecto de reparações frequentes nos anos seguintes, como revelam os registos da cidade. Mais demorada, foi a muralha da vila baixa de Nice, só acabada por meados do XIV. Esta construção por etapas permitiu recuperar o modo como a muralha condicionava os arrabaldes, com as novas obras a cortar antigas hortas e a provocar a expulsão de certas actividades para o exterior, ou a obrigar à demolição das casas adossadas. O impacto na paisagem não seria menor, à imagem das torres albarrãs que reforçavam as muralhas das cidades peninsulares, embora uma destas torres, a de Badajoz, fuja a esta tipologia e seja melhor identificada como uma torre-couraça.

O aspecto que melhor distingue as catedrais é a sua centralidade e visibilidade nas malhas urbanas, como bem sublinhou Luísa Trindade para as sés portuguesas e Marie-Ange Causarano para a de Siena. Construídas sobre antigos templos, em zonas palatinas, ou sobre as mesquitas aljamas, as catedrais portuguesas reforçavam aquela posição com outros serviços. A par do paço do bispo, era aí que se fazia o mercado e a feira, que se reuniam os tabeliães e se localizavam os paços do concelho. Mais antigo, o complexo episcopal de Siena, já com um hospital e um albergue no século XI, era um dos pólos da cidade, que se articulava depois com os restantes. A partir de então, o estaleiro da catedral funcionou quase em permanência, com campanhas no XIII e em inícios do XIV, ou com a decisão de construir uma nova catedral em 1339. Que não seria concluída e que ficaria, desde 1357, como testemunho de uma construção interrompida. Não admira que traga novidades sobre a organização do estaleiro em áreas funcionais, o faseamento das obras, e, até, o recurso a módulos de construção padronizados, estes últimos talvez desde 1260.

Os restantes edifícios religiosos analisados tinham outra dimensão. No arrabalde de Coimbra, as igrejas mal polarizavam as áreas envolventes, sendo escassas as construções que delas dependiam, se bem que a natureza das fontes analisadas não seja a mais adequada para considerar estes problemas. Não seria maior o impacto das pequenas casas monásticas dos arredores, embora as instituições apoiadas pelo rei, ou pela família deste, tivessem maiores disponibilidades e outra importância. Tal como as mesquitas dos reinos de taifa do século XI, recuperadas como espaços escolares em matérias religiosas e profanas. Com professores pagos pelos alunos, as turmas espalhavam-se pelas galerias das mesquitas, facto que aumentava a desordem e o barulho e suscitava os protestos e as reclamações dos fiéis e de alguns letrados. Sinal evidente da vida que animava estes edifícios, ou pulsava em torno deles, assim como da transmissão de saberes e de competências, tão importante em espaço urbano.

Não faltam motivos de interesse neste livro, dada a coerência do conjunto e a riqueza dos vários contributos. A fazer dele uma referência obrigatória, mormente para quem se interessa pelas actividades de construção e pelos estaleiros das cidades.